

Ano 5 - Nº 31
maio 2005
Secção Pernambuco

Jornal da

OAB

PERNAMBUCO

Impresso
Especial

406500888-2/2002-DR/PE
OAB

CORREIOS



NEPOTISMO NÃO!

Não é de hoje que a Ordem dos Advogados do Brasil, coerente às suas principais bandeiras de luta em favor da cidadania, incorpora-se às fileiras de combate à prática do nepotismo no poder público.

É, porém, um erro de memória coletiva, mas, principalmente, um pecado histórico sem igual, acreditar que o nepotismo só se manifeste neste ou naquele segmento específico do Estado, atribuindo-se a ele toda a responsabilidade por suas eventuais mazelas e defeitos.

Final, seja como meio para o incremento da renda doméstica, seja como ferramenta silenciosa para se burlar a exigência do concurso público, o nepotismo afronta de todas as maneiras e em todos os graus de poder a letra da Constituição de 1988, em seu artigo 37, caput, sendo, porém, impunemente exercido mesmo assim, inclusive, nas mais altas instâncias.

Na opinião do presidente do Conselho Federal da OAB, Roberto Busato, "a função pública deve ser exercida com alto grau de moralidade e de impessoalidade e o critério da impessoalidade é totalmente atingido quando ocorre a prática do nepotismo, seja em que nível for". Idêntico brado ecoou quando do último Colégio de

Presidentes de Seccionais realizado na cidade de Fortaleza e, mais recentemente, na criação dentro do próprio Conselho Federal de uma comissão específica para o estudo e diagnóstico do problema, seguindo o vitorioso exemplo da comissão criada na ocasião da edição da famigerada Medida Provisória 232, felizmente derrotada.

Segundo artigo de autoria do secretário-geral do Conselho Federal da OAB, Cezar Britto, outrossim, "é de se rejeitar, de forma contundente, a comum afirmação de que o nepotismo é uma questão cultural ou de mero foro íntimo do administrador público. (...) Estes não podem administrar como se gerissem coisa particular".

No Legislativo, a propósito, tramita na Câmara dos Deputados uma proposta de emenda constitucional (PEC), a de número 334/96, que cuida exatamente do tema, sendo seu relator o deputado federal Aldo Arantes, do PC do B de Goiás.

Por um basta definitivo, portanto, à triste prática do nepotismo, essa é bandeira que encampa a OAB, perfilando-se novamente ao lado da sociedade, farta de tantos ataques à moralidade pública, alicerce do verdadeiro Estado de direito e, com ele, de um Brasil mais justo, ético e transparente.

Escritório-Modelo

Numa solenidade com poucos discursos, mas muita determinação e trabalho, o presidente da Comissão Especial de Assistência aos Novos Advogados, o conselheiro Nelson Barbosa, e os advogados membros da comissão Ana Elmodad Linares e Severo Gomes reafirmaram o compromisso que têm com os advogados iniciantes ao verem concretizadas a estrutura de atendimento para os advogados.

Inaugurado em novembro de 2000, o escritório, que tem a função básica de apoiar os profissionais iniciantes do Direito, ampliou e melhorou a estrutura de apoio, oferecendo serviço de recepção, atendimento telefônico com repasse de recados, mensagens, recepção de encomendas e documentos, ligações, fax, digitação e internet, copa e limpeza.

Atualmente o escritório tem 34 advogados.

Para fazer parte desse grupo, é só preencher uma ficha de inscrição e aguardar entrevista com o coordenador.

A utilização da sala é de 6 horas por semana, no horário das 9h às 18h. O custo é de 40 reais por mês, pagos na sede da OAB.



Rua do Imperador Dom Pedro II, 235
CEP: 50.010-240 Sto. Antônio - Recife - PE
Fone: (81) 3424.1012 Fax: (81) 3424.1012
Site: www.oabpe.org.br
E-mail: oabpe@oab-pe.com.br

Coordenador-geral: Ricardo do Nascimento
Correia de Carvalho

Colaboração: Conselheiro Estadual Gustavo Freire

Produção: Assessoria de Imprensa da OAB/PE
Via Mídia Comunicação e Imprensa

Jornalista responsável: Ellana Victório
DRT / MS 167

Textos: Jornalistas - Ondine Bezerra e Mirela Sá
Estagiários - Gabriela Ribeiro, Ana Cláudia
Guerra e Jorge Cavalcanti

Revisão: Laércio Lutibergue e Solange Lutibergue
(Companhia do Texto)

Fotos: Beto Dantas

Projeto gráfico e diagramação: Sebastião Corrêa

Comercial: Raymunda Pires - Fone: 9153.3383

raymunda.pires@ig.com.br

Impressão: CCS Gráfica e Editora

Tiragem: 16.500 exemplares

Caape

A Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco (Caape) vem implantando um programa eficaz de atendimento às necessidades assistenciais do advogado.

Numa tentativa de abrir espaço para melhor servir a classe, a instituição ampliou os serviços e agora oferece atendimento em clínica geral, cardiologia, pediatria e odontologia.

O horário é de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

A sede da Caape fica na Rua Sport Club do Recife, 280, Empresarial Albert Einstein, 9º andar, salas 901 a 910, Ilha do Leite, Recife. Mais informações pelos telefones 3223.0902/2815/0993.

Presidente do STJ visita OAB



O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Edson Vidigal, acompanhado do presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFRE, Jorge Maurique, e do ministro Francisco Falcão, visitou, no mês passado, a sede da OAB-PE. Na ocasião, Vidigal foi recebido pela diretoria da Seccional, por Conselheiros, Presidentes de Subseccionais, advogados e estagiários. A visita durou mais de três horas.

O presidente do STJ classificou a advocacia como "fundamental para o exercício da cidadania", ao relembrar um episódio, quando era vereador no município de Caxias, no Maranhão, em que foi cassado e preso por 56 dias. Ao ser solto por meio de um habeas corpus, Vidigal passou a ser um defensor da importância do advogado.

"Não pode haver barreiras à advocacia, pois o advogado age em prol do cidadão", disse. O presidente ainda defendeu um Judiciário aberto, sem nepotismo. Vidigal, um dos fundadores do STJ, foi nomeado ministro ainda no antigo Tribunal Federal

de Recursos (TFR).

O presidente do STJ também proferiu uma palestra no auditório do Fórum do Recife Desembargador Rodolfo Aureliano, sobre as inovações estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 45, que tratou da Reforma do Judiciário, sobre a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

(Enfam) e sobre a criação do Fundo de Pensão do Poder.

O ministro citou algumas deficiências do Judiciário nacional. Para Vidigal, há uma demanda volumosa de causas e processos para um pequeno número de juizes e varas. "Em um país com cerca de 185 milhões de habitantes, existem menos de dois mil juizes federais", afirmou.

O ministro adiantou que, devido a uma articulação política, o projeto de lei que determina a instalação de 183 varas federais foi aprovado e sancionado. "Em menos de 72 horas, conseguimos aprová-lo em plenário e levá-lo à mesa do presidente da República", comemorou. O projeto estava parado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara havia dois anos.

Para Vidigal, a falta de especialização dos magistrados também é um fator negativo. "O Judiciário é um poder formado

por clínicos-gerais. Não temos, ainda, concursos voltados para especialidades. O juiz sai de uma vara e vai para outra aplicar um Direito com o qual não tem intimidade", criticou.

A Enfam, prevista na Reforma do Judiciário, é uma solução para a necessidade de especialização, segundo o ministro. Mas Vidigal ressaltou que a criação da Escola Nacional não vai substituir as escolas estaduais. "A Enfam deve funcionar como um órgão normativo para tornar oficiais os cursos de preparação à magistratura oferecidos nos Estados."

O Fundo de Pensão do Judiciário, último ponto da palestra, deve ter seu modelo anunciado até o fim deste ano, segundo Vidigal. Por enquanto, a proposta mais forte é a de um fundo complementar fechado e privado, no qual só entrariam magistrados



que demonstrassem interesse.

Durante a permanência no Recife, o ministro visitou também o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF).



Advogado,
Procure a sede da OAB e regularize o pagamento de sua anuidade.
A Ordem existe para você.
Com a anuidade paga, vamos poder servi-lo melhor.

Comissões

Relações Internacionais

O presidente da Comissão de Relações Internacionais da OAB-PE e cônsul do Haiti, Alexandre Gusmão, voltou a se reunir com os deputados da Comissão de Negócios Internacionais da Assembleia

Legislativa.

A pedido dos deputados, Alexandre Gusmão enviará à Assembleia Legislativa um projeto de criação de uma subcomissão para levar ao

interior do Estado instruções sobre comércio exterior. "A ajuda da OAB de Pernambuco será muito importante para o trabalho do Legislativo", afirmou o deputado Manoel Ferreira.

Direitos Humanos

A atuação da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PE tem sido notória em dois casos no Estado: o aumento da tarifa de energia elétrica e o assassinato do promotor Rossini Alves Couto. Os protestos e as ações do mês passado em relação ao aumento na tarifa da energia surtiram efeito. "A OAB-PE não poderia ficar alheia a um movimento dessa natureza, que visa garantir o acesso da população pernambucana a um bem fundamental: a energia elétrica. Estamos engajados no movimento para barrar o aumento", assegura o presidente da

Comissão e conselheiro, Ricardo Soriano.

Existe a expectativa de que o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e o Ministério Público Federal (MPF) entrem conjuntamente com uma ação tão logo a Aneel determine o percentual efetivo de reajuste. Já em relação à morte de Rossini Couto, Ricardo Soriano participou, no dia 16 de maio, da passeata em protesto contra o assassinato do promotor, que atuava nas comarcas de Paelas e Lagoa dos Gatos.

Na ocasião, Soriano fez parte do grupo que foi recebido pelo governador Jarbas

Vasconcelos em audiência no Palácio do Campo das Princesas. "O governador se mostrou muito preocupado. Assegurou que colocará todo empenho para solucionar o crime e que não descarta a possibilidade de pedir o auxílio de tropas federais", afirmou.

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) formou um grupo de trabalho integrado por cinco promotores que vão conduzir uma espécie de investigação paralela. O grupo vai agir em conjunto com o Núcleo Integrado de Combate ao Crime Organizado (Nirco), do MPPE.



Cidadania

A Comissão de Cidadania da OAB-PE vem conferindo palestras a convite do juiz da Vara de Execução de Penas Alternativas (Vepa), Flávio Fontes e da assistente social Aurora.

No dia 13 de maio no Fórum da Comarca de Abreu e Lima, a advogada Flávia Nigro, membro da comissão, falou sobre Separação e Divórcio. Logo em seguida foi a vez da advogada Fernanda Valeria, que vem respondendo pela presidência da comissão, palestrar sobre Direito e Cidadania.

Projeto de autonomia da Defensoria Pública é aprovado, mas não agrada

O presidente da Associação dos Defensores Públicos de Pernambuco e conselheiro, Edmundo Siqueira Campos, criticou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), em tramitação na Assembleia Legislativa, que concede autonomia financeira e administrativa à Defensoria Pública do Estado. De acordo com o texto, depois de aprovada a proposta em plenário e da publicação no Diário Oficial, o Governo do Estado terá um prazo de seis meses para encaminhar ao Legislativo uma lei complementar regulamentando a PEC.

Como o governo tem até o dia 1º de agosto para enviar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e votar o orçamento de 2006 até 1º de novembro, Edmundo Siqueira Campos teme que a autonomia seja implementada apenas em 2007. "O prazo de seis meses significa que a Defensoria pode, como o governo tem até o dia 1º de agosto para enviar a Lei de Diretrizes, ficar impedida de dispor de recursos

financeiros para o próximo ano", disse. Segundo ele, a associação tentou conversar com os deputados da base governista, mas não houve retorno. "A PEC não foi discutida com a categoria", criticou.

O presidente da OAB-PE, Júlio Oliveira, classificou o episódio como "lamentável" e ressaltou que faltam defensores públicos em mais de 80 comarcas do Estado e nunca foi realizado concurso público para preenchimento de cargos. "Cidadania não tem preço. A questão não pode ser tratada apenas do ponto de vista de disponibilidade orçamentária. É por isso que a população continua sem a implementação da tão sonhada Defensoria Pública", disse o presidente da Seccional.

A PEC, de autoria do líder do governo o deputado, Bruno Araújo, já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e aguarda apenas a autorização do governador Jarbas Vasconcelos para ser colocada na pauta de votação.

OAB acompanha inspeção em Varas Federais

A inspeção das varas federais visa ao esclarecimento de situações processuais, à prevenção de irregularidades e também ao aprimoramento da prestação jurisdicional. De janeiro até agora, já foram inspecionadas mais de 12 varas. Em todos eles, a OAB contou com a participação de advogados conselheiros.

Em fevereiro, por exemplo, Erik Limongi Sial fez a inspeção na 4ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco. Em março e abril, foi a vez da 2ª Vara Federal, com Virgínia Pimentel, e da 6ª, da 9ª e da 13ª, com Erik Limongi Sial.

Só no mês de maio, foram feitas inspeções em sete Varas, acompanhadas por Conselheiros: na 3ª Vara Federal de Seção Judiciária de Pernambuco, Aluísio Pires Vidal Vasconcelos Xavier; na 5ª Vara, Paulo César Andrade Siqueira; na 7ª Vara, Nelson Barbosa; na 10ª Vara, Nelson Barbosa; na 11ª, com Manoel Luciano Silva de Lima; e na 15ª Vara Federal, com Mércio Murilo Siqueira Barbosa.

Segundo Paulo Siqueira, que teve em sua inspeção vários processos revistos, a fiscalização que está sendo feita nas varas tem como objetivo maior verificar a regularidade do andamento dos processos na região. "A partir de agora, pessoas interessadas em fazer queixas ou reclamações em relação a processos em andamento na Justiça poderão contar com mais um aliado", afirma.

Novas inspeções estão previstas para os próximos meses. No mês de junho o trabalho vai ser feito na 16ª Vara Federal, pela presidenta da Subseccional de Caruaru Margarida Cardoso, e na 14ª Vara, pelo conselheiro Oswaldo Naves.

Aguarde as novas inspeções!

Missa de Santo Ivo



Igreja da Ordem Terceira, no bairro de Santo Antônio, no dia 19 de maio durante missa em homenagem ao Santo Ivo, Padroeiro dos advogados e das causas perdidas. Na foto ao lado a presidenta do Clube dos Advogados em Pernambuco, Nair Andrade.



Sociedade de advogados

O advogado e deputado federal Luiz Piauhyllino instalou, no fim de maio, a vice-presidência do Centro de Estudo das Sociedades de Advogados (Cesa) em Pernambuco. Fundado em 1983, o Cesa tem representação em seis Estados e no Distrito Federal e trabalha para criar outras vice-presidências. Com 35 anos de carreira, Luiz Piauhyllino integra a sociedade Advocacia Piauhyllino Monteiro, uma das primeiras do Brasil, constituída em 1980 e filiada ao Cesa desde 1984. Depois de se afastar da sociedade, no biênio passado, por causa da vice-presidência da Câmara Federal, o advogado retornou às atividades disposto a estreitar a relação do Cesa com a OAB-PE.

Jornal da OAB - Quais os benefícios de ser associada?

Luiz Piauhyllino - A finalidade do Cesa é promover estudos que facilitem o exercício da profissão e se manifestar sobre questões jurídicas e assuntos relativos à administração da Justiça. Portanto, as associadas podem desfrutar de uma estrutura que beneficia o desempenho da advocacia.

Jornal da OAB - Como uma sociedade de advogados faz para poder se filiar ao Cesa?

Luiz Piauhyllino - Tem que se submeter a alguns requisitos e passar por um processo de tramitação. Por exemplo, deve ser apresentada por outra associada e tem que estar filiada há pelo menos três anos para pertencer à diretoria.

Jornal da OAB - Apesar de criado há mais de 20 anos, o Cesa ainda não é conhecido por todos os advogados, principalmente fora das Regiões Sul e Sudeste.

Luiz Piauhyllino - É verdade. Mas agora o Cesa vai se expandir para outras regiões.

No Nordeste, além de Pernambuco, apenas a Bahia tem vice-presidência. O restante é no Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Mas já temos 14 filiais no Estado e cerca de 600 em todo o país.

Jornal da OAB - Quais as perspectivas de trabalho para pouco menos de um ano, já que o mandato termina em março do próximo ano?

Luiz Piauhyllino - Pretendo realizar conferências, seminários e debates para aumentar o máximo possível o número de associadas e divulgar esta nova forma de atuar na advocacia. Para mim, as sociedades de advogados se adaptam bem à realidade dinâmica de hoje.

Jornal da OAB - E a relação com a OAB em Pernambuco?

Luiz Piauhyllino - O Centro de Estudos tem se notabilizado por manter uma sintonia fina com a OAB, principalmente no Rio de Janeiro e Brasília. A OAB deu todo apoio e entusiasmo desde o primeiro momento em que Pernambuco foi convocado para ter uma vice-presidência do Cesa.

Timbaúba Homenagem Especial

Subseccionais



A presidente da Subseccional da OAB Timbaúba, Josefa Fulgêncio, promoveu no último dia 11 de maio, com o apoio do presidente da OAB-PE, Júlio Oliveira, a comemoração do Dia Nacional da Mulher, ocasião em que foram homenageadas mulheres que se destacaram, em prol da advocacia e cidadania em toda a circunscrição de Timbaúba. O evento também contou com a solenidade de posse das Subcomissões da Seccional da OAB de Meio Ambiente, da Comissão da Mulher, de Direitos Humanos, das Prerrogativas do Advogado, de Ensino Jurídico e da Cidadania.



Segundo a presidente, apesar de essa ser a primeira homenagem da Subseccional de Timbaúba ao Dia das Mulheres, o sonho de poder prestigiá-las já é antigo. "Agora, que conseguimos concretizá-lo, estamos muito felizes. Todas são mulheres que lutaram muito para conseguir chegar aonde hoje estão, pessoas empreendedoras e que têm um papel de destaque na cidade". A presidente diz ainda que a intenção é expandir essa homenagem e prolongá-la pelos próximos anos.

Na ocasião, também foi feita uma homenagem especial à desembargadora federal Margarida Cantarelli e à secretária-geral adjunta da OAB-PE, Rosário Vaz.



Paulista



A presidente da Subseccional de Paulista, Angelita Moraes, celebrou, com uma apresentação do Balé Popular de Paulista, a inauguração do Auditório Dr. João Alexandre Almeida Alves. O evento

aconteceu no dia 5 de maio e contou com a presença do presidente da OAB-PE, Júlio Oliveira, do diretor do Fórum de Paulista, Aberides Nicéas, e do secretário de Turismo de Paulista, Márcio Fernando Souza Rodrigues.

"Este foi mais um sonho realizado em prol dos advogados de nossa circunscrição, pois a Subseccional de Paulista abrange também os municípios de Abreu e Lima, Igarassu, Itapissuma e Itamaracá", comemora a presidente da Subseccção. O novo espaço, além de cenário para discussões promovidas pela entidade, será usado para a realização de cursos. "Com o nosso auditório vamos ter cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação, não havendo necessidade de os advogados desta região se deslocarem para o Recife, tornando mais cômodo e barateando os custos dos cursos ofertados", explica.

De acordo com Angelita, o nome do auditório foi uma homenagem ao advogado e ex-secretário da Subseccional de Paulista João Alexandre Almeida Alves, assassinado há três anos, na cidade de Igarassu.

Sucesso no Colégio de Presidentes

Campanha contra o nepotismo, Conferência Estadual e Nacional dos Advogados, eleição direta para o Quinto Constitucional, combate à inadimplência e ao exercício ilegal da advocacia, instalação de novas salas de advogados. Esses foram alguns dos temas discutidos no primeiro Colégio de Presidentes das Subseccionais da OAB-PE deste ano.

O encontro, que foi coordenado pelo presidente da Seccional de Pernambuco, Júlio Oliveira, reuniu 21 dos 24 presidentes das Subseccções, entre os dias 29 de abril e 1º de maio, na praia de Serrambi, litoral sul do Estado.

Segundo o presidente da OAB de Serra Talhada e coordenador das Subseccionais, Jânio Carvalho, o encontro foi bastante produtivo, pois os assuntos em pauta foram de extrema importância. "Tivemos a oportunidade de discutir a agilidade que a instalação das novas Varas Federais de Serra Talhada e Petrolina está garantindo aos processos no interior do Estado, as prerrogativas dos advogados, problemas com juízes, promotores e delegados", conta.

Uma das medidas que ficaram estabelecidas no Colégio de Presidentes foi a negociação com os advogados que estão inadimplentes com a anuidade da

OAB. Jânio afirmou que os advogados estão sendo convidados a negociar a dívida com a Seccional. "Caso não seja estabelecido um acordo, vamos fazer uma lista com os nomes dos inadimplentes para que eles fiquem impossibilitados de advogar", disse Jânio.

O presidente de Serra Talhada lembra que a Ordem tem mais de cinco milhões de reais para receber só de anuidades atrasadas e que alguns advogados chegam a dever por mais de oito anos. "Esse dinheiro é muito

importante e faz falta, já que a OAB é uma entidade que sobrevive só de suas anuidades. Queremos melhorar a estrutura da Ordem e criar serviços para melhor atender os advogados."

Para o presidente da Subseccional de Santa Cruz do Capibaribe, Roberto Soares, a importância do encontro se deu principalmente pelo retorno das atividades voltadas para o advogado no interior. "Muita coisa tem sido feita desde o começo do ano até agora. Para agilizar o processo, novas salas dos advogados foram inauguradas em várias comarcas da região." Roberto lembra ainda que são ações administrativas como essas que ajudam a mudar o quadro de dificuldades de algumas subseccionais.

Segundo Angelita Moraes, presidente da Subseccional de Paulista, o sucesso do Colégio de Presidentes deve-se à liberdade da pauta que foi discutida no encontro. "Cada presidente levava os problemas de sua região, e a solução de um servia para todos. A pronta resposta do presidente Júlio Oliveira às questões abordadas foi fundamental. Estou muito satisfeita por ter participado", disse.

Para Fernando Araújo, presidente da Subseccional de Jaboatão dos Guararapes, o colégio revestiu-se de grande importância para a OAB pernambucana graças à união reinante entre as Subseccionais. "A união e a serenidade que a OAB-PE está tendo, além de trazerem sugestões e propostas de complementações administrativas para a gestão do presidente Júlio Oliveira, demonstram ações e qualidade do trabalho realizado".

Na opinião de Júlio Oliveira, presidente da OAB-PE, o objetivo primordial do encontro foi a unificação da prática administrativa e o combate à inadimplência. "O Colégio de Presidentes foi bastante proveitoso. O combate à inadimplência foi um dos pontos principais da pauta de discussão interna, uma vez que a Ordem vive exclusivamente do pagamento da anuidade dos advogados." Júlio Oliveira disse ainda que o encontro serviu para traçar ações políticas extremamente proveitosas. "Foram marcadas datas do calendário de ações para 2005 levando em conta grandes temas, como defesa das prerrogativas dos advogados, campanha contra o nepotismo, Conferência Estadual e Nacional, maior participação no interior e ações administrativas."

Olinda

Diretoria tem audiência com prefeita de Olinda

A necessidade de concurso público para procuradoria municipal, de obras no canal da malária e diversas ações de cidadania pautou a audiência realizada entre a entidade e a prefeitura da cidade de Olinda.

Clóvis Bastos, presidente da Subseção de Olinda, esteve na reunião acompanhado da diretoria da instituição para apresentar diversas propostas à prefeita Luciana Santos do PC do B. De acordo com Clóvis, existe uma carência de pessoal na Procuradoria-Geral de Olinda pelo fato de nunca ter sido realizado concurso público para a área jurídica na cidade. "A Procuradoria-Geral do município, ao longo dos seus primeiros 15 anos, não conseguiu formar uma cultura

orgânica sólida, capaz de assegurar a estabilidade da sua estrutura, em face da alternância das administrações municipais que se sucederam", ressaltou. O presidente da Subseccional explica que, atualmente, o quadro de pessoal técnico-jurídico da Procuradoria-Geral de Olinda é insuficiente e que a maior parte é composta por servidores comissionados e contratados sem vínculos com o município.

Na audiência, Clóvis também pediu que a prefeitura desse continuidade às obras do Canal da Malária. "Solicitei a continuação dos trabalhos da obra de grande importância para o município, principalmente em termos de meio ambiente", observa.



Afogados da Ingazeira

Nos dias 13 e 14 a Diretoria da Ordem participou da abertura do III Encontro Jurídico do Alto Pajeú, o III Enjupa, em Afogados da Ingazeira. O encontro ocorreu no Espaço Cultural Francisco Perazzo.



Caruaru



No dia 12 de maio a Diretoria da Seccional pernambucana esteve em Caruaru e reinaugurou o auditório, no prédio-sede da Subseção, que passou por uma reforma geral. No mesmo dia foi empossado o coordenador da ESA, José Américo Monteiro de Moraes Sobrinho.



Goiana

No dia 19 foi a vez da inauguração da Sala dos advogados Dr. Alcides Rodrigues de Senna, no Fórum de Condado.



Floresta

As inaugurações terminaram no dia 21, com a entrega da Sala dos Advogados Dr. Olinto de Souza Ferraz, no Fórum de Floresta,



Seminário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



Foi um verdadeiro sucesso o "Seminário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Resultado de um esforço conjunto", promovido pela OAB-PE em parceria com entida-

des ligadas ao meio ambiente. O seminário, realizado em comemoração ao primeiro ano de existência da OAB Ambiental - Núcleo Multidisciplinar de Estudos de Meio Ambiente e Direito, da Escola Ruy Antunes, da OAB-PE, trouxe à tona diversas discussões relacionadas ao tema. Os participantes, que lotaram o auditório da Fiepe, puderam conhecer e debater soluções coletivas e integradas para a problemática ambiental.

O professor da disciplina Desenvolvimento Econômico da Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, em Portugal, Francisco José de Souza Lopes, falou sobre a responsabilidade das empresas na economia local e ressaltou a importância da atividade agrícola na promoção do desenvolvimento. "A responsabilidade ambiental das empresas tem a ver com a sua postura em relação às economias locais, isto é, se elas fazem a sua atividade com a economia local ou fora da economia local. Se forem fazer fora da economia local, estão a prejudicar essa mesma economia e a ser um custo mais do que um estímulo ao desenvolvimento sustentável", avalia.

Empreendedorismo e Meio Ambiente foi o tema discutido por Fábio Pedrosa, geólogo, coordenador do Núcleo de Gestão Ambiental da Faculdade de Administração de Pernambuco (Fcap) e professor do curso de Engenharia Ambiental da Universidade Católica de Pernambuco. Ele abordou diversos conceitos de empreendedorismo e exibiu estudos de casos expondo os riscos e as oportunidades que envolvem o empreendedorismo no meio ambiente. Fábio explicou que para uma empresa ser bem-vista no mercado é importante que ela busque uma qualidade ambiental e usou como exemplo as normas de certificação da ISO 14000 adotadas pelas empresas. "Elas buscam a qualidade ambiental não apenas para satisfazer o cliente, mas para satisfazer o cliente com a responsabilidade ambiental e explicar-lhe o que está sendo feito", comenta. O professor calcula que em Pernambuco existem cerca de 20 empresas que já obtiveram a certificação de qualidade e lembrou a existência de empresas que conseguem manter uma qualidade ambiental sem ter optado pela certificação. Na palestra, Fábio falou ainda da capacidade voltada para a inovação, investimentos, expansão de novos mercados e oportunidades na área de meio ambiente.

Marivan Gadelha, engenheiro químico da Petroflex e presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pirapama, palestrou sobre a Recuperação da mata ciliar com fortalecimento social - Um caso da Agenda 21 na indústria pernambucana. Na exposição, o engenheiro apresentou um breve histórico da Petroflex e as principais iniciativas do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pirapama, entre elas o

planejamento feito pelo Comitê da Agenda 21 na Petroflex. De acordo com Marivan, a indústria pernambucana está ainda bastante atrasada com relação à Agenda 21. "Apesar de a Confederação Nacional da Indústria ter uma preocupação em ter uma Agenda 21, na prática isso ainda não foi desdobrado nas federações estaduais. Então, infelizmente, a gente não tem uma divulgação forte dessa agenda da CNI, e as empresas de um modo geral estão ainda bastante desinformadas. Com esse tipo de apresentação, tentamos sensibilizar empresas para tentar ligar as Agendas 21 locais com as iniciativas sociais dessas organizações", comenta. O projeto socioambiental "Nossa mata, nosso rio" também teve destaque na apresentação do engenheiro. "Esse projeto tem como ponto principal a ideia do desenvolvimento de projetos que a gente chama de demonstrativos, ou seja, projetos que podem ser realizados com baixo investimento e que podem ser reaplicados por qualquer organização em qualquer local", explica.

A diretora da OAB-PE, Rosário Vaz, concluiu o seminário com a apresentação da equipe que compõe o núcleo e convidou a todos para participar de debates e discussões realizados pelo grupo. As reuniões realizam-se todas as segundas-feiras, às 18h, na sede da OAB-PE.



OAB-PE valoriza arte produzida com material reciclável

Paralelamente ao Seminário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi realizada uma exposição de artes plásticas no hall de entrada do auditório da Fiepe, que chamou a atenção dos participantes e atraiu diversos visitantes ao local para conferir as obras artísticas feitas com materiais recicláveis.

No estande do Oratório da Divina Providência foram exibidos envelopes, convites, porta-retratos, agendas, blocos e álbuns confeccionados com papéis reciclados, produzidos por jovens de Campina do Barreto. O Grupo Maria do Mar, representado pela artista plástica Helena Olyvia, expôs luminárias e bijuterias feitas de garrafa pet, casco de ostra e escama de peixe. Outra atração encontrada no local foram as esculturas colíbris feitas pelo casal de artistas plásticos Oliveira e Bernadete.

Outro fato marcante no seminário foi o cardápio inusitado oferecido no coffee-break, que agradou bastante aos participantes. Os alimentos servidos durante o evento foram feitos à base de palmeira, planta típica do semi-árido nordestino. Foram pizzas, doces, bolos, geléias e licores que despertaram a curiosidade de todos. Após os debates, os participantes puderam conferir um painel montado com fotos de todos os presentes, clicadas no decorrer do evento.



PARTICIPE

XIX Conferência Nacional dos Advogados
De 25 a 30 de setembro, em Florianópolis - Santa Catarina
Informações no site: www.oab.org.br/confer2005/default
ou pelo telefone: 0800-6449600

Escola Ruy Antunes

Aviso Importante

A Escola Nacional de Advocacia está empenhada na realização de cursos a distância a baixo custo. A implementação de tais cursos possibilitará a todos, e especialmente aos profissionais que não atuam em centros onde haja a oferta desejada, atualizar-se com renomados professores e advogados.

Para tanto, estamos iniciando uma pesquisa em todo o Estado para colher sugestões.

Peço-lhe que responda à seguinte pergunta: Você gostaria de participar de um curso a distância, via internet, sobre qual assunto?

As respostas devem ser enviadas para o seguinte endereço eletrônico: esa@oab-pe.com.br.

Agradeço, desde já, a sua participação.

Eduardo Sertório

Diretor-geral da Escola de Advocacia Ruy Antunes

PROGRAMAÇÃO DE JUNHO - 2005

SEMINÁRIO RESPONSABILIDADE CIVIL

Sábados 11 e 18 de junho, das 9h às 12h

Sábado 11
RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA
Palestrante: Eduardo Dantas, advogado

Sábado 18
RESPONSABILIDADE CIVIL DOS BANCOS, INSTITUIÇÕES
FINANCEIRAS E DE CRÉDITO
Palestrante: Renato Canuto, advogado e professor universitário
Local: Auditório da OAB-PE
Carga horária: 7 horas

Taxa de inscrição:
Portadores do Passaporte Cultural: inscrição gratuita
Estudantes e membros da OAB em dia com a entidade: R\$ 20,00
Demais casos: R\$ 40,00

CURSO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Segunda 13 e quarta 15 de junho, das 9h às 12h

Palestrante: Marcos André Couto Santos, procurador federal, mestre em Direito Público e professor universitário

Local: Auditório da OAB-PE

Carga horária: 7 horas

Taxa de inscrição:

Portadores do Passaporte Cultural: inscrição gratuita

Estudantes e membros da OAB em dia com a entidade:

R\$ 30,00

Demais casos: R\$ 60,00

Novas aquisições da Biblioteca Joaquim Amazonas

Opinião

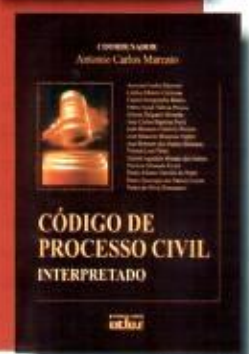
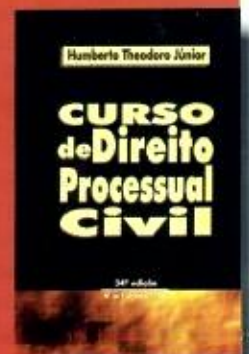
Os cursos da Escola Ruy Antunes



As transformações sociais vêm requerer dos profissionais das ciências jurídicas adequação no desenvolvimento de suas atividades. Deve-se, pois, focar a formação do advogado, sob o prisma da qualidade e continuidade. Nesta perspectiva, os cursos promovidos pela Escola Ruy Antunes cumprem a imprescindível missão de atualizar conhecimentos e habilidades, trazendo temáticas contemporâneas e relevantes. Parabéns a isso e desejo o fomento de tão importante trabalho, que serve diretamente a bacharelados e advogados, mas

suas benesses ampliam-se à sociedade.

Josenildo Coelho Teodoro – estudante do 8º período de Direito



Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)

Hélio Mariano Júnior

Advogado, conselheiro Seccional e presidente do Tribunal de Ética e Disciplina

A entrada em vigor do Protocolo de Kyoto, no dia 16 de fevereiro do ano fluente, constitui um marco no âmbito do direito internacional ambiental. Com sua vigência, os Estados-Partes que o receberam e o ratificaram estão efetivamente habilitados a dar cumprimento aos objetivos e finalidades da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima - UNFCCC, além de conceber segurança e eficácia jurídicas aos mecanismos de flexibilização instituídos no tratado. O óbice jurídico maior quanto à implementação dos mecanismos de limitação, redução e estabilização dos níveis dos gases do efeito estufa na atmosfera - (GEE), preconizados no artigo 3º do Protocolo de Kyoto, foi definitivamente suplantado.

O influxo desse novo contexto normativo, no âmbito do direito internacional ambiental, impõe uma atitude internacionalista renovadora nos quadros das relações interestatais. Os princípios normativos albergados no Protocolo de Kyoto retratam a vontade coletiva dos Estados-Partes que são emissores de aproximadamente 62% dos gases do efeito estufa na atmosfera. O cumprimento das metas estabelecidas no protocolo tem agora força obrigatória, acarretando, via de consequência, uma mudança na estruturação normativa, educacional e comportamental do direito ambiental, aprofundando as vias exegéticas no sentido de um realismo atuante. No sentido técnico-jurídico, o Protocolo de Kyoto traz, em seu arcabouço, a concepção realista universalista do desenvolvimento sustentável.

Os mecanismos de flexibilização instituídos pelo Protocolo de Kyoto, a Implementação Conjunta (Joint Implementation-JI), o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (Clean Development Mechanism-CDM) e o Comércio de Emissões (Emissions Trade), constituem-se em instrumentos eficazes para incentivo à proteção ambiental na medida em que estabelecem compromissos concretos entre os Países do Anexo I (países desenvolvidos) e os Países do Não-Anexo I (países em fase de desenvolvimento), para redução e emissão dos gases de efeito estufa. O Comércio de Emissões (Emissions Trade) e a Implementação Conjunta (Joint Implementation-JI) não podem ser utilizados pelo Brasil, pois são destinados exclusivamente aos países do Anexo I.

O instituto jurídico do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (Clean Development Mechanism) está conceitualmente definido no artigo 12 do Protocolo de Kyoto. Dos preceitos consubstanciados no aludido diploma legal se infere, à evidência, que o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) tem dois objetivos primordiais: o primeiro, de limitação e redução de emissões dos gases que produzem o efeito estufa (GEE); o segundo, de promover o desenvolvimento sustentável dos países não pertencentes ao Anexo I, objetivando, assim, minimizar os impactos socioeconômicos e os impactos sobre a biodiversidade e ecossistemas naturais.

A concepção originária do instituto jurídico do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) é fruto de uma proposta brasileira apresentada em 1997 ao Grupo Ad hoc durante a Primeira Conferência das Partes (COP 1), na qual foi estabelecido o Mandato de Berlim. Com o advento da Terceira Conferência das Partes (COP 3), realizada na cidade de Buenos Aires, em 1998, foi formalizado um plano de ação que estabelecia metas e instaurava formalmente o processo de regulamentação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Por sua vez, a Sétima Conferência das Partes (COP 7), realizada na cidade de Marrakesh, em 2001, estabeleceu as regras operacionais para implementação do Protocolo de Kyoto e a fixação dos critérios objetivos e subjetivos dos mecanismos de flexibilização, constituindo os critérios regulatórios das reduções certificadas de emissões (art. 12.10 do Protocolo de Kyoto) e a criação de fundos internacionais destinados aos países em desenvolvimento para adequação aos efeitos das mudanças climáticas.

Parece incontestável que na construção do instituto jurídico do MDL a comunidade internacional buscou harmonizar situações distintas, quais

sejam: de um lado, a redução de emissões dos gases que produzem o efeito estufa (GEE); do outro, a promoção do desenvolvimento sustentável dos países do Não-Anexo I. Os objetivos do MDL são claros e precisos, visto que, para cumprimento das metas estabelecidas no Protocolo de Kyoto, os países componentes ao Anexo I poderão, sem comprometer significativamente suas economias, desenvolver projetos destinados à redução de emissões dos gases que produzem o efeito estufa nos países não pertencentes ao Anexo I, obtendo os chamados Certificados de Emissões Reduzidas (CERs) para comercialização no mercado internacional. Nesse sentido, o art. 12 do Protocolo de Kyoto dispõe: "Cada tonelada de CO₂ deixada de ser emitida ou retirada da atmosfera por um país em desenvolvimento poderá ser negociada no mercado mundial". Tal mecanismo possibilitará aos países do Anexo I o cumprimento de suas metas e aos países do Não Anexo I a inversão de novos aportes financeiros, como também a transferência de novas tecnologias, acesso a know-how e processos ambientalmente seguros e saudáveis, conforme preceitua o artigo 12.2 do Protocolo de Kyoto. Entre os fundos multilaterais de investimentos, podemos citar o Prototype Carbon Trade (PCF), instituído pelo Banco Mundial, e o BioCarbon Fund.

Por sua vez, os Certificados de Emissões Reduzidas (CERs) só podem ser obtidos após a data de registro da certificação do projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) perante as entidades operacionais credenciadas e designadas pela Conferência das Partes, por intermédio do Conselho Executivo. O registro de projeto do MDL é condição sine qua non para verificação, certificação e emissão dos Certificados de Emissões Reduzidas (CERs), observadas as disposições contidas na decisão 17/CP.7 e demais normativos emanados da Conferência das Partes (COP/MOP) e das disposições do Conselho Executivo do MDL (Executive Board). É de se ressaltar, ainda, que a participação dos Estados-Partes em um projeto do MDL é voluntária, conforme preceitua o artigo 12.5 do Protocolo de Kyoto e as regras previstas nas COPs. Por ser voluntária a participação nos projetos do MDL, os países não pertencentes ao Anexo I interessados nos referidos projetos devem, inicialmente, designar uma autoridade nacional, a ser denominada Autoridade Nacional Designada (AND) ou Agência de Certificação, que será responsável pela aprovação ou não de tais projetos.

Para concepção de projetos do MDL, urge observar duas das mais importantes premissas da Conferência das Partes (COP/MOP) e do Protocolo de Kyoto. A primeira é a restrita observância ao critério da adicionalidade, ou seja, quando as emissões antropogênicas de GEE forem menores que as que ocorreriam na ausência do projeto ou quando o sequestro de carbono for maior do que aquele que ocorreria na ausência do referido projeto. A segunda, que os mencionados projetos gerem benefícios reais, mensuráveis e de longo prazo (artigo 12.5 do Protocolo de Kyoto).

O Protocolo de Kyoto contempla seis metas para os projetos do MDL, a saber: concepção do projeto, validação, registro, monitoramento, verificação, certificação e emissão dos certificados. As diretrizes para formulação de tais projetos estão compreendidas no documento intitulado Project Design Document (PDD), elaborado pelo Conselho Executivo do MDL (Executive Board). A elegibilidade de projetos do MDL deve compreender atividades de geração de energia renovável (solar, biomassa, eólica), melhoria da eficiência energética, reflorestamento e aflorestamento, tecnologias alternativas de combustão para redução e eliminação de resíduos sólidos, manejo sustentável de floresta e redução de metano em aterros sanitários. Na Região Nordeste do Brasil, os projetos do MDL estarão voltados preferencialmente para o potencial de co-geração de energia do setor sucroalcooleiro, para queima de bagaço e produção de álcool combustível, além da geração de energia renovável, notadamente a solar e a eólica.

Prerrogativas

Ricardo Correia de Carvalho
Advogado e vice-presidente da OAB-PE

Por quase 75 anos, a Ordem dos Advogados do Brasil tem marcado firme posição em favor da democracia brasileira. Afastando-se de uma mera corporação classista, a OAB tomou parte nos chamados conflitos político-ideológicos, desempenhando importante papel nos momentos em que a nação brasileira se viu diante do apogeu da ditadura, estando presente na defesa das Diretas Já, no impeachment de Collor e em tantas outras lutas que levaram a instituição, ao longo do tempo, a fazer-se respeitar e ser respeitada pelos brasileiros. Também não se olvidou de enfrentar questões profissionais da classe, ora lutando pelo aperfeiçoamento ético-jurídico do advogado, ora buscando assegurar as prerrogativas necessárias ao exercício profissional, um bem maior que leva à garantia do efetivo exercício da cidadania, que nenhum advogado postula para si mesmo, mas para o cidadão brasileiro.

As extravagâncias do poder, contudo, afloram vez por outra, de tal modo que a entidade, sempre vigilante, é chamada a enfrentar os mais variados temas, sendo disso exemplo as recentes questões envolvendo "batidas" policiais em escritórios de advocacia com o objetivo de apreensão de documentos de clientes suspeitos de crimes como lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e evasão de divisas. No Estado de São Paulo foram realizadas nos últimos meses buscas e apreensões em pelo menos 12 escritórios de advocacia. No Rio de Janeiro, em cinco.

Aqui em Pernambuco houve, há quase dois anos, tentativa de quebra do sigilo bancário e telefônico de escritório de advocacia, tendo havido necessidade de ingresso de medida judicial no Supremo Tribunal Federal para obstar tal ato, havendo aquela Suprema Corte referendado a inviolabilidade dos registros do advogado. Também aqui tivemos lastimável episódio em que aparato policial foi posto a investigar advogado em pleno exercício da profissão, o que nos levou, como dirigente da Ordem, a repelir de forma enérgica a violação perpetrada.

Como se sabe, o dever de sigilo profissional do advogado é assegurado pelo artigo 133 da Constituição Federal e pelos artigos 7º (incisos I, II e XIX) e 34 da Lei nº 8.906, de 1994,

em que o advogado é "inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei" e tem direito, "em nome da liberdade de defesa e do sigilo profissional, à inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, de seus arquivos e dados, de sua correspondência e de suas comunicações, inclusive telefônicas ou afins, salvo caso de busca ou apreensão determinada por magistrado".

O próprio ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que foi um dos grandes defensores da inclusão do artigo na Constituição de 1988, quando ocupava o cargo de presidente do Conselho Federal da OAB, tem demonstrado preocupação na inobservância das prerrogativas do advogado, principalmente diante de eventuais abusos nas operações da Polícia Federal e quanto à expedição de mandados judiciais imprecisos e genéricos demais.

Obviamente o tema exige acurado exame. Isso porque não se pode negar que alguns poucos profissionais do Direito têm contribuído para a prática de crimes e buscam obter proteção sob o manto das prerrogativas que lhes são inerentes. Lugar de malfeitor, portanto, é na cadeia.

Todavia, as prerrogativas profissionais, antes de pertencerem ao advogado, são do cidadão, de tal modo que se lhe possa assegurar que o seu direito será defendido com destemor e independência. O exemplo advindo do militarismo de 1964 - quando o advogado teve papel fundamental na defesa do povo - trouxe lições das quais não podemos nos descurar nos dias atuais.

Nesse toar, as normas constitucional e infraconstitucional de defesa das prerrogativas devem ser intransigentemente defendidas e respeitadas, e a cada vez que alguma afronta a elas ocorra não só a OAB deve ter uma firme posição a respeito, mas também a própria sociedade deve entrar em estado de alerta. Se a violência permeia a sociedade, assombrando-a, não é motivo para quebra das prerrogativas do advogado. A violência, filha da injustiça social, nasce e cresce às portas dos Palácios dos Poderes, onde, algumas das vezes, trama-se contra a cidadania. É quando surge a verdadeira advocacia.

ricardo@correiadecarvalho.com.br

RELAÇÃO DO CONSELHO OAB/PE TRIÊNIO 2004/2006

DIRETORIA

Presidente: João Alcino de Oliveira Neto
Vice-Presidente: Ricardo do Nascimento Correia de Carvalho
Secretário-Geral: Taciara Domingues da Silva
Secretária-Geral Adjunta: Maria do Rosário de Fátima Vaz Rodrigues
Diretor-Tesoureiro: José Edmundo Barreto de Lucena

CONSELHO SECCIONAL

Adonias dos Santos Costa
Almira Nunes da Silva
Aluísio Pires Vidal de Vasconcelos Xavier
Amastácia de Alcântara Brito
Djair de Souza Farias
Edmundo Antônio de Siqueira Campos Barros
Edvaldo Santana da Silva
Elaine Maranhão Barbosa
Erik Limongi Stal
Everardo Ribeiro Gueiros Filho
Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto
Francisco José de Araújo Gonçalves
Glória Maria Pontual de Moraes Oliveira
Gustavo Ferreira Santos
Gustavo Henrique de Brito Alves Freire
Gustavo Matos
Hélio Gurgel Cavalcanti
Hélio Mariano da Silva Júnior
João Pinheiro Lima
José Alberto de Lima Filho
José Duarte Aguiar
José Martins de Melo
José Milton Monteiro de Figueiredo
José Nelson Vilela Barbosa Filho
Lucia Helena Pinheiro Lima
Manoel Luciano Silva de Lima
Marinaldo José Peixoto
Marly Regalado da Silva
Mércio Murilo de Siqueira Barbosa
Nely Moraes Pinheiro
Oswaldo Naves Vieira Júnior
Orthoniel Furtado Gueiros Neto
Paulo César Andrade Siqueira
Pedro de Albuquerque Malheiros Neto
Renato Santos Pinheiro Filho
Ricardo Pedrosa Soriano de Oliveira
Rodrigo Pellegrino de Azevedo
Sílvia Neves Baptista Filho
Virgínia Augusta Pimentel Rodrigues
Waldomiro Santos Evangelista

MEMBROS HONORÁRIOS

José Cavalcanti Neves
Joaquim Correia de Carvalho Júnior
Octávio de Oliveira Lobo
Dorany de Sá Barreto Sampaio
Fernando de Vasconcelos Coelho
Paulo Marcelo Wanderley Raposo
Jorge da Costa Pinto Neves
Aluísio José de Vasconcelos Xavier
Ademar Rigueira Neto

CONSELHO FEDERAL

Ademar Rigueira Neto
Aluísio José de Vasconcelos Xavier
Claudio Soares de Oliveira Ferreira
Marcelo Antônio Brandão Lopes
Ulirajara Emanuel Tavares de Melo

CAAPE

Presidente: Ivânia Maria de Barros Melo dos Anjos Dias
Vice-Presidente: Tadeu Sávio Souza de Lima
Secretário-Geral: Ailton Coelho de Araújo Filho
Secretário-Geral Adjunto: Alexandre Clemente Pinheiro de Araújo
Diretor-Tesoureiro: Hermes Bezerra de Brito

ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA RUYDA COSTA ANTUNES

Diretor-Geral: Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto
Diretor-Secretários: Carlos Eduardo Pugliesi
Diretora Cultural: Carine Delgado
Diretora de Comunicação: Inah Moury Fernandes
Diretor-Tesoureiro: Flares de Carvalho

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

Presidente: Hélio Mariano da Silva Júnior
Secretário-Geral: Djair de Souza Farias
Membro Julgador: Francisco José de Araújo Gonçalves
Membro Julgador: Pedro de Albuquerque Malheiros Neto
Membro Julgador: Sílvia Neves Baptista Filho

OAB-PE Rua do Imperador Dom Pedro II, 253
CEP 50.010-240 - S. Antônio - Recife - PE
Fone: (81) 3424-1012

RELAÇÃO DAS SUBSECCIONAIS

Afogados da Ingazeira (87) 3838-1190
Presidente: Gilberto Costa (87) 9938-4140
Araripina (87) 3873-0457
Presidente: Éris Freire (87) 9095-2196
Arcoverde (87) 3821-0457
Presidente: Augusto Teixeira (87) 9925-9380
Barreiros (81) 3675-1251
Presidente: José Antônio de Araújo (81) 9986-1139
Belo Jardim (81) 3726-2283
Presidente: Gilvandro Estrela (81) 9981-4980
Cabo de Santo Agostinho (81) 3524-1331 / 3521-9042
Presidente: Geny Lyra (81) 8801-3125
Carpina (81) 3621-0234
Presidente: Jorge Lapa (81) 9282-6034 // 99540502
Caruaru (81) 3721-0459
Presidente: Margarida Cardoso (81) 9981-1480
Garanhuns (87) 3761-1478
Presidente: Luiz Jardim (87) 9988-3721
Goiana (81) 3626-0805
Presidente: Cândido Ferreira Lima (81) 9112-6130
Jaboatão dos Guararapes (81) 3461-9987
Presidente: Fernando Araújo (81) 9977-3028
Limoeiro (81) 3628-1002
Presidente: Francisco Vasconcelos (81) 9972-2196

Olinda
Presidente: Clóvis Bastos (81) 9974-7676
Palmares (81) 3662-2180
Presidente: Dora Melo (81) 9109-1781
Paulista (81) 3433-0825
Presidente: Angelita Moraes (81) 9977-2951
Pesqueira (87) 3835-3011
Presidente: Helder Valença (87) 9921-9421
Petrolândia (87) 3851-1168
Presidente: José Dantas (87) 9991-5200
Petrolina (87) 3861-2400
Presidente: Wagner Mororó (87) 9998-1893
Salgueiro (87) 3871-0516
Presidente: Péricles Rosa Soares (87) 9995-4321
Santa Cruz do Capibaribe (81) 3731-4518
Presidente: Roberto Soares (81) 9915-6802
Serra Talhada (87) 3831-2333
Presidente: Jânio Carvalho (87) 9991-1728
Surubim (81) 3634-1798 // 3634-4885
Presidente: Carlúcia Lapenda (81) 9175-5807
Timbaúba (81) 3631-0181
Presidente: Josefa Fulgêncio (81) 9623-0496
Vitória de Santo Antão (81) 3526-5008
Presidente: Washington Amorim (81) 9971-4738

Horário do microônibus

| | | |
|---------------------------------------|-------|---------------------|
| OAB-PE | 10h | JUSTIÇA DO TRABALHO |
| JUSTIÇA DO TRABALHO | 10h30 | OAB-PE |
| OAB-PE (CIRCULAR JUSTIÇA DO TRABALHO) | 12h | FÓRUM DO RECIFE |
| FÓRUM DO RECIFE | 12h30 | JUSTIÇA FEDERAL |
| JUSTIÇA FEDERAL | 13h30 | FÓRUM DO RECIFE |
| FÓRUM DO RECIFE | 14h | OAB-PE |
| OAB-PE | 14h30 | FÓRUM DO RECIFE |
| FÓRUM DO RECIFE | 14h50 | JUSTIÇA FEDERAL |
| JUSTIÇA FEDERAL | 15h30 | FÓRUM DO RECIFE |
| FÓRUM DO RECIFE | 16h | OAB-PE |
| OAB-PE | 16h30 | FÓRUM DO RECIFE |
| FÓRUM DO RECIFE | 16h50 | JUSTIÇA FEDERAL |
| JUSTIÇA FEDERAL | 17h40 | FÓRUM DO RECIFE |
| FÓRUM DO RECIFE | 18h | OAB-PE |

Linha Norte (Recife/Olinda/Paulista)

| | | |
|--|-------|--|
| OAB-PE | 9h20 | JUSTIÇA DO TRABALHO/OLINDA (JUIZADOS ESPECIAIS) |
| JUSTIÇA DO TRABALHO/OLINDA (JUIZADOS ESPECIAIS) | 9h40 | JUSTIÇA DO TRABALHO/PAULISTA |
| JUSTIÇA DO TRABALHO/PAULISTA | 10h10 | JUSTIÇA DO TRABALHO/OLINDA (JUIZADOS ESPECIAIS) |
| JUSTIÇA DO TRABALHO/OLINDA (JUIZADOS ESPECIAIS) | 10h40 | OAB-PE (CIRCULAR TRF) |
| OAB-PE (CIRCULAR TRF) | 12h | FÓRUM DE OLINDA |
| FÓRUM DE OLINDA | 12h30 | FÓRUM DE PAULISTA |
| FÓRUM DE PAULISTA | 13h30 | FÓRUM DE OLINDA |
| FÓRUM DE OLINDA (CIRCULAR TRF) | 14h | OAB-PE |
| OAB-PE (CIRCULAR TRF) | 14h30 | FÓRUM DE OLINDA |
| FÓRUM DE OLINDA | 14h50 | FÓRUM DE PAULISTA |
| FÓRUM DE PAULISTA | 15h30 | FÓRUM DE OLINDA |
| FÓRUM DE OLINDA (CIRCULAR TRF) | 16h | OAB-PE |
| OAB-PE (CIRCULAR TRF) | 16h30 | FÓRUM DE OLINDA |
| FÓRUM DE OLINDA | 16h50 | FÓRUM DE PAULISTA |
| FÓRUM DE PAULISTA | 17h30 | FÓRUM DE OLINDA |
| FÓRUM DE OLINDA (CIRCULAR TRF) | 18h | OAB-PE |

Linha Sul (Recife/Jaboatão/Cabo/Ipojuca)

| | | |
|-------------------|-------|------------------------------|
| OAB-PE | 9h | JUSTIÇA DO TRABALHO JABOATÃO |
| JABOATÃO | 9h40 | JUSTIÇA DO TRABALHO CABO |
| CABO S. AGOSTINHO | 10h20 | JUSTIÇA DO TRABALHO IPOJUCA |
| IPOJUCA | 11h30 | JUSTIÇA DO TRABALHO CABO |
| CABO | 12h10 | JUSTIÇA DO TRABALHO JABOATÃO |
| JABOATÃO | 12h50 | OAB-PE |
| OAB-PE | 14h20 | FÓRUM JABOATÃO |
| JABOATÃO | 15h | FÓRUM CABO |
| CABO | 15h40 | FÓRUM JABOATÃO |
| JABOATÃO | 16h20 | OAB-PE |